

Maternidade na adolescência: percepções de docentes e discentes de Nova Iguaçu sobre o controle da gravidez na adolescência no âmbito da gestão escolar

RESUMO

Islene da Conceição Freitas

E-mail: isleneuerj@gmail.com

Universidade Estadual de Minas Gerais,
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Isabela Cabral Félix de Sousa

E-mail: isabelacabralfelix@gmail.com

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro,
Rio de Janeiro, Brasil

Lucia de La Rocque

E-mail: luroque@ioc.fiocruz

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro,
Rio de Janeiro, Brasil

Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,
Brasil

O Brasil vem assistindo a retrocessos no campo da educação e de direitos reprodutivos, como a lei imposta de 2011 a 2016 da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro para o controle da maternidade na adolescência. Interessadas nas percepções de atores sociais nesta implementação estudamos duas escolas no município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, uma bonificada financeiramente para atender as metas propostas pela Secretaria do Estado, e a outra não. Apresentamos neste trabalho trechos de entrevistas realizadas com quatro alunas, duas professoras e dois professores. Os resultados indicam diferentes percepções de professores e de professoras sobre a gravidez precoce e a dificuldade de sensibilizar o corpo discente. Em contrapartida, os relatos das alunas indicam a falta de conhecimento de ações escolares para a prevenção da gravidez. Por meio da análise de conteúdo dos relatos de discentes e docentes, alguns conceitos de poder e sexualidade de Michel Foucault são elencados.

PALAVRAS-CHAVE: Gravidez na adolescência. Poder. Escolas.

INTRODUÇÃO

As desigualdades de gênero, classe e raça sempre refletiram as desigualdades sociais em várias instituições, como as escolas, no Brasil e no mundo. No atual governo federal brasileiro, as políticas públicas em relação à gravidez precoce do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos pregam a abstinência sexual para adolescentes. Desde o governo anterior, o Brasil já assistia a retrocessos no campo da educação e de direitos reprodutivos. Por exemplo, olhando especificamente para o Ensino Médio houve amplo debate sobre retirar a obrigatoriedade de disciplinas como Educação Física, Artes, Sociologia e Filosofia. E no campo dos direitos reprodutivos na escola, um retrocesso é a “ideologia de gênero” que advoga retirar das escolas a liberdade da discussão de sexualidade, pois esta discussão deveria acontecer apenas no interior das famílias (REIS; EGGERT, 2017; JUNQUEIRA, 2018).

Refletindo sobre estes retrocessos no Brasil, a motivação para a pesquisa se deu devido à questão de o controle da gravidez na adolescência ser um motivo para a geração de um bônus para as escolas no período em que a primeira autora atuava como gestora em várias escolas do Rio de Janeiro. De fato, a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) deu incentivo ao controle da gravidez precoce por meio do plano de metas (RIO DE JANEIRO, 2012) de 2011 a 2016, onde ficou estabelecido que cada unidade escolar deveria trabalhar ações para tentar erradicar a gravidez precoce nas escolas. Qualquer escola estadual tinha um resultado positivo quando 100% das alunas entre 12 e 17 anos não apresentavam casos de gravidez. Caso contrário, a escola ficava com farol vermelho. Atualmente, essa Secretaria não está implementando o plano de metas que continha outras diretrizes além da prevenção da gravidez na adolescência.

O plano de metas consistia em “um programa que visa remunerar os servidores da SEEDUC lotados em Unidades Escolares, Regionais Administrativas, Regionais Pedagógicas e Regionais Pedagógico-Administrativa, que atingirem ou superarem as metas estabelecidas (RIO DE JANEIRO, 2012, p. 6)”. O plano previa uma bonificação proporcional ao desempenho dos alunos e das alunas nas avaliações internas e externas monitoradas bimestralmente pela Secretaria de Estado de Educação. Os funcionários estatutários da escola eram premiados, recebendo até três salários do vencimento-base anualmente, se atingissem no mínimo 95% da meta.

A metodologia utilizada para se alcançar a meta estabelecida pela SEEDUC foi a Gestão Integrada da Escola, a Gide. A Gide tinha como objetivo diagnosticar os pontos críticos de cada escola que inviabilizavam o atendimento às metas e promover soluções. Desta forma, acreditava-se que ao se tratar os pontos críticos, seria desencadeado o atendimento das metas, e conseqüentemente haveria mais chances de a escola ser bonificada.

A Gestão Integrada da Escola (Gide) possuía um método de solução de problemas que estava associado ao indicador Índice de Formação de Cidadania e Responsabilidade Social (IFC/RS), sendo este um programa estatístico desenvolvido a partir de um banco de dados coletados em três mil escolas parceiras. O IFC/RS traduz as dimensões críticas da educação e associa a elas várias causas e meios que influenciam os resultados esperados.

A metodologia Gide considerava o controle da maternidade no período da adolescência como um fator de eficácia para o atendimento de metas propostas pela SEEDUC. Embora o índice de satisfação correspondesse à ausência de casos de gravidez entre as alunas, uma escola que alcançasse outras metas, ainda que apresentasse adolescentes grávidas, poderia vir a ser bonificada. Todas as ações da escola, inclusive as da prevenção da gravidez na adolescência deveriam ser bem planejadas, implementadas e acompanhadas pelos atores da escola para a solução de problemas que impedissem a eficácia da escola (GODOY; MURICI, 2009).

VULNERABILIDADE E O VALOR DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

A revisão da literatura no Brasil vem apontando para dilemas vividos na gravidez de adolescentes. E o controle da natalidade não deve ser discutido como uma questão puramente cognitiva de acesso ou não à informação de conhecimento científico. O campo de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) nos mostra que o comportamento humano está intrincado em variáveis individuais e sociais (CHRISPINO, 2017).

Socialmente, em todas as classes as mulheres grávidas recebem afeto e atenção da maioria das pessoas porque tanto a fertilidade como a maternidade são valorizadas. Diana Dadoorian (2003) em seu estudo observou que a constituição de um novo núcleo familiar em camadas populares gera para a mulher um *status* e reconhecimento. Assim, é possível que individualmente muitas adolescentes desejem engravidar, inconscientemente ou não, para obter esta valorização. A gravidez na adolescência pode ser um caminho fácil de sair de uma família fragilizada e construir um novo lar como uma rápida transição para a vida adulta (CERQUEIRA-SANTOS et al., 2010), apesar do julgamento negativo (RANGEL; QUEIROZ, 2008).

De todo modo, a construção da gravidez na adolescência necessita ser analisada tanto para a menina como para o menino (HEILBORN et al., 2002). De acordo com estas autoras, o percurso escolar do adolescente que é pai costuma ser pouco impactado, principalmente em camadas médias. Terezinha de Jesus Nascimento Martins Costa e Maria Luiza Heilborn (2006) ressaltam que a gravidez na adolescência deve ser tratada com atenção, pois se o perfil socioeconômico das adolescentes for de baixa renda, é mais provável que haja interrupção no processo educacional, e dificuldade de obtenção de qualificação profissional e de inserção no mercado de trabalho da jovem.

A gravidez na adolescência pode mudar a perspectiva de projeto futuro. Dadoorian (2003) relata que o abandono de estudo pela grávida ou jovem mãe não se deve apenas à rejeição do colégio, mas principalmente à vergonha da sexualidade ativa ou do prazer pela gravidez vivenciada individualmente, e evidencia que as escolas públicas aceitam melhor essa situação do que as escolas privadas. O apoio dos pais e da equipe escolar é muito importante na prevenção e no apoio aos pais adolescentes. De modo geral, a gravidez na adolescência também pode impactar o futuro econômico e social das adolescentes reduzindo as chances de as jovens terminarem o ensino básico e se inserirem do mercado de trabalho (SANTOS e PAZELLO, 2014). Por isto, se tem reforçado a necessidade de debates sobre direitos e deveres na descoberta da sexualidade na escola, na família e em outros espaços (HEILBORN et al., 2008).

A SEXUALIDADE SOB O OLHAR DE FOUCAULT

A partir da obra de Michel Foucault podemos dizer que o controle da sexualidade na escola reproduz o dispositivo de controle dos corpos, como um paradigma biopolítico de controle da vida. O controle da sexualidade na escola muitas vezes se expressa neste paradigma.

Michel Foucault (2004, p. 206) nos diz: “o sexo não é uma fatalidade; ele é uma possibilidade de aceder a uma vida criativa”. Segundo este autor a sexualidade deveria ser compreendida em outro sentido: uma fonte de produção do ser como uma arte. A ideia de proibição do sexo impede a possibilidade de vivenciar a sexualidade como uma fonte de multiplicidade e de prazer (FOUCAULT, 2004). A centralidade do discurso sobre o sexo em reprimir o desejo não funciona (FOUCAULT, 2004), pois a descoberta da identidade do homem ou da mulher torna-se mais importante do que uma regra de ética universal ou local.

Na escola, a proibição da sexualidade muitas vezes se reduz à prevenção da gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis, o que parece deixar de lado o fato incontestável de a vivência da sexualidade ter uma polissemia de sentidos.

A sexualidade é apresentada por Foucault num sistema de significado simbólicos imbricados na moralidade social. Para Foucault (2007, p. 72): “A moral sexual exige, ainda e sempre, que o indivíduo se sujeite a uma certa arte de viver que define os critérios estéticos e éticos da existência, mas esta arte se refere cada vez mais a princípios universais da natureza ou da razão, aos quais todos devem curvar-se e da mesma maneira, qualquer que seja seu *status*”.

Os estudos de Foucault também nos iluminam para pensar sobre as relações de poder que podem colaborar para a compreensão das tentativas de impor “verdades absolutas”. Os discursos podem ser vistos funcionando como regimes de verdade e podem ser implementados como derivados ou não do governo.

Na visão de Foucault, os “discursos verdadeiros” estão relacionados à disciplina e aos mecanismos reguladores que fundamentam o conceito de biopoder. Este conceito traz à tona estratégias de regulação da vida e formas de disciplina que circulam (FOUCAULT, 1993, 2000). Todo o trabalho de Foucault aponta estratégias de dominação complexas, indicando que existem micropoderes interferindo na autonomia dos indivíduos, de maneira que o poder está em toda parte, como uma rede de poderes (FOUCAULT, 1979).

A proibição da sexualidade é justificada por Foucault (1993) por uma função discursiva autorizada em algumas instituições como a escola e o consultório médico, e posteriormente esse discurso é assumido pelas alunas e pelos alunos. Taticamente, para este autor, há um filtro sobre o discurso do sexo a fim de controlar a população do local e de quando se pode falar de sexualidade, determinando o momento da fala. Foucault (1993, p. 30) ainda afirma que “não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos”. O poder do discurso negativo sobre a sexualidade tem uma função regulatória. Foucault (1993, p. 71) aponta que este discurso com regras e censuras, produz discursos verdadeiros “constituindo a economia política de uma vontade de saber”.

Metodologia

A metodologia qualitativa deste trabalho analisa dados de entrevistas semiestruturadas realizadas com duas professoras, dois professores, e quatro alunas de duas escolas estaduais do município de Nova Iguaçu, da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Buscamos evidenciar as percepções destes sobre o trabalho de prevenção da gravidez na adolescência e sobre a punição da gestão escolar, com falta de financiamento, caso estas ocorressem. A escolha dos oito sujeitos, dentre os cinquenta e cinco do universo pesquisado, se seu deu por considerarmos marcantes suas falas.

A pesquisa foi realizada em duas escolas que possuem Ensino Fundamental e Médio. A escola denominada B foi bonificada financeiramente por atender às metas propostas pela Secretaria de Estado de Educação no Rio de Janeiro. Já a escola NB não foi bonificada financeiramente. A escolha das escolas pertencentes ao mesmo bairro foi intencional, pois consideramos fecundo comparar num mesmo contexto uma escola bonificada e outra não bonificada para ver se haveria diferentes percepções.

Foi concedida a autorização da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro para realizar a pesquisa nas duas escolas escolhidas. Estas escolas e os entrevistados não são identificados para preservar seu anonimato, e, portanto, seus nomes são fictícios. Nas duas escolas investigadas os pais dos alunos e das alunas menores de idade autorizaram a realização das entrevistas com esses estudantes. Todos os adultos participantes da pesquisa também assinaram o Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e os jovens os Termos de Assentimento Livre e Esclarecido.

Foi preparado um cronograma com visitas pré-agendadas às escolas, e utilizados dois tipos de questionários, um para professoras e professores e outro para alunas para as entrevistas individuais. O quadro abaixo apresenta apenas as questões sobre gravidez na adolescência.

Quadro 1: Perguntas utilizadas nas entrevistas sobre gravidez na adolescência.

Perguntas para alunas	Perguntas para professoras e professores
Você acha que ter adolescentes grávidas na escola pode prejudicar o atendimento de metas?	Como a escola percebe a variável gravidez na adolescência?
Quais são as ações que a escola tem feito para prevenir a gravidez na adolescência?	Você acha que ter adolescentes grávidas na escola pode prejudicar o atendimento de metas?
Essas ações têm sucesso dentre os adolescentes?	Quais são as ações que a escola tem feito para prevenir a gravidez na adolescência?
	Essas ações têm eficácia dentre os adolescentes?

Fonte: Dados da pesquisa – elaboração própria

Na construção de estratégias para o campo, primeiramente, foi desenvolvida uma boa relação com os atores da pesquisa e depois, na fase seguinte, é que a coleta dos dados foi processada. Após a coleta de dados, procedemos à análise de conteúdo, informada pelas leituras de Laurence Bardin (2011), criando categorias

temáticas dos dados das entrevistas. Esta buscou coerência, consistência, originalidade e objetivação. No tratamento dos dados identificamos estruturas e regularidades no texto coletado, transformando o conteúdo em unidades e classificando-as em categorias.

Assim como para Earl Babbie (1999), esta pesquisa é um compromisso entre o ideal e o possível, que dependeu da inserção da primeira autora deste trabalho nas escolas pesquisadas. A análise se constitui em tarefa que exige enorme esforço e criatividade, muitas releituras e, também, “julgamentos cuidadosos sobre o que é realmente relevante e significativo nos dados” (LÜDKE, ANDRÉ, 1986, p. 44).

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

As percepções dos professores e professoras das duas escolas são distintas e revelam que a gravidez na adolescência é uma temática importante. Uma professora da escola não bonificada revela como a gravidez na adolescência pode ser um motivo para que a aluna perca o interesse pela escola:

Eu tenho uma aluna do Autonomia que quer ser pediatra. Engravidou ano passado e saiu da escola. Esse ano ela está grávida de novo. As ações escolares realizadas não têm diminuído o número de meninas grávidas na nossa escola. A mesma aluna que critica a grávida, no outro ano ela fica grávida. Algumas professoras e professores tentam conversar com as alunas e com os alunos, mas esses estudam cada vez menos, apesar de estarem mais horas na escola. É na falta de perspectiva que muitos cuidam dos irmãos. Elas acham que não vai acontecer nada, fazem sexo sem usar nada e acham que nada vai acontecer (Clara, professora da escola NB).

O relato da professora Clara evidencia o desejo de uma aluna, num programa de aceleração de estudos para reduzir a distorção idade-série como o programa Autonomia, de ser Médica pediatra. A professora comenta as contradições dos discursos das adolescentes e do comportamento; no entanto, para essa aluna, apesar da dificuldade em cursar Medicina sendo já mãe, a especialidade da Pediatria é ao mesmo tempo muito ligada à maternidade.

Na escola não bonificada, foram relatadas algumas mobilizações como conversas em sala de aula, palestras e cartazes para prevenção da gravidez. O professor Tadeu aponta:

A escola identifica o problema da gravidez na adolescência, mas é um problema de estatística. Isso se dá por vontade do casal. A menina engravida porque quer. É parecida com a questão da evasão. Elas engravidam na sua maioria conhecendo os métodos contraceptivos. A escola deveria distribuir preservativos e poderia ter um convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS) para vacinar contra as doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e métodos contraceptivos. Ter filho é algo normal para as adolescentes. Mas a mentalidade deveria ser de não ter filhos nessa época. Era para as alunas e os alunos usarem métodos para não engravidar. Aqui conversamos, fazemos campanha, diálogos e palestras. Mas a sociedade não tem uma mentalidade de prevenção. Temos barreiras de saúde pública e políticas. Por questões religiosas, a família não enxerga desta maneira. Se a escola distribuir

preservativo no 3º ano, amanhã a polícia está aqui na porta. Os alunos e as alunas fazem sexo sim! (Tadeu, professor da escola NB).

Este professor diz que as moças engravidam conscientemente e com o consentimento do parceiro, mas admite que isto possa não acontecer sempre. Tadeu desconsidera que muitas adolescentes acreditam que na primeira relação sexual não se engravida, e ele também argumenta sobre a ausência de mentalidade preventiva na sociedade por questões religiosas, com limitações para se falar sobre sexo e repressão de conduta sexual, regulando assim a sexualidade. É neste sentido que também Christine Baccarat Godoy Martins et al (2012) esclarecem que mitos e tabus sobre a sexualidade comuns na adolescência expõem os adolescentes à vulnerabilidade. O professor Tadeu ainda afirma que podem haver barreiras de acesso a serviços de saúde pública para o controle da natalidade. As questões religiosas são também apontadas pelo professor como um impedimento para a escola desenvolver seus projetos, como a distribuição de camisinhas. As questões religiosas ligadas à sexualidade nos remetem aos preceitos morais da sociedade, assim como ao fato de algumas instituições como a escola acabarem justificando, com seu discurso autorizado, a negação ou repressão da sexualidade (FOUCAULT, 1993).

Na escola NB, só o professor Tadeu acredita que a gravidez precoce não interfere na meta. Por um lado, Tadeu como homem parece estar mais livre para fugir da moralidade social imposta pelo controle da gravidez.

Em relação à promoção das ações, a professora Clara e o professor Tadeu da escola NB se dividem em suas opiniões, sobre o papel da escola não conseguir sensibilizar os alunos e as alunas no sentido de mudar o seu comportamento. Clara e Tadeu convergem na opinião de que não podem ter certeza sobre a efetividade da ação na escola. A autonomia das moças é vista de forma diversa pela professora Clara e pelo professor Tadeu, apesar de atuarem na mesma escola. Enquanto para Tadeu, uma menina de 14 anos sabe o que quer nesse sentido, a professora Clara afirma que levantar o tema pode ajudar os alunos e as alunas a pensarem sobre o assunto. A visão de Clara é mais similar à de Foucault, de que a sexualidade é construída e dinâmica.

O relato de Jorge, professor da escola B, nos indica que a gravidez é definida como “uma questão individual e socioeconômica que não deveria ficar sob a avaliação da escola”. A agência pessoal de cada jovem parece combinar com o que Foucault (2004) aponta sobre a possibilidade de a jovem mulher descobrir a sua identidade no exercício da sexualidade, sendo mais importante do que uma regra local imposta.

Já as professoras mulheres com falas mais marcantes escolhidas para este estudo, em contraponto, parecem identificar um prejuízo maior na gravidez precoce para a aluna, como o abandono dos estudos e a falta de estrutura para a formação de uma nova família. Por exemplo:

A escola percebe a questão da gravidez precoce de maneira muito delicada. Algumas alunas dizem que engravidam por desejo próprio, por se sentirem sozinhas no mundo. Elas pensam que vão ter uma ascensão social por serem mães. Mas daí elas se deparam com as dificuldades. O difícil não é a gravidez, é o processo posterior à gravidez. A barriga é um troféu. Outras alunas engravidam por mero descuido. Algumas acreditam em lendas urbanas que a primeira vez

não engravidada. Mas acredito que adolescentes grávidas na escola não prejudicam o atendimento de metas porque são poucos casos. Elas servem de alerta, e muitas não desistem (Patrícia, professora da escola B).

A questão que a professora Patrícia (escola B) aborda sobre a gravidez na adolescência prejudicar o atendimento de metas se refere às orientações da metodologia Gide. Ela demonstra em seu discurso que tem intimidade com algumas alunas. Segundo ela, algumas moças dizem que se sentem sozinhas e veem na maternidade a possibilidade de serem amadas, e aceitas socialmente com as mudanças nas suas relações interpessoais. Mas a vantagem trazida por este reconhecimento afetivo e sexual para algumas passa a ser desfeita ao se depararem com as exigências da maternidade.

O professor Jorge e a professora Patrícia da escola B também apontam que são realizadas diversas ações para prevenir a gravidez na adolescência por meio de palestras. No entanto, para ambos, o número de adolescentes grávidas continua aumentando.

Na voz das experiências da maternidade para duas alunas que engravidaram, elas apontam que este acontecimento não é por falta de aconselhamento. A aluna Janaina (escola NB) deu um depoimento de como ela engravidou na adolescência. Ela revela:

Eu queria engravidar, então me juntei com meu namorado. Ele tem 21 anos. Eu planejei a gravidez com 16 anos e morávamos com o pai dele. Eu queria muito engravidar, pois achava bonito. Eu queria, eu achava bonito. Eu não pensei. Avisei a ele que eu iria engravidar. Ele acreditou, mas ficava rindo. No início, a família não gostou e depois de um tempo acabaram se acostumando. Ficaram surpresos quando contamos que eu estava grávida. Eles avisavam que não era para engravidar, mas eu engravidei. Eu parei de estudar por dois anos. Fiquei até o terceiro mês em casa. Voltei para escola e tentei fazer o primeiro ano, mas não consegui. Ter engravidado foi ruim porque atrapalhou os estudos. Mas eu gostei de ser mãe. Se não fosse pela minha filha eu não teria voltado à escola para terminar os estudos. Eu estaria aí pela vida... Depois da maternidade fiquei mais responsável. Mas em relação às outras meninas não é falta de informação. A escola aqui não fala muito. Mas também as alunas não dão nem ouvidos. Por outro lado, para mim foi falta de informação. Eu sabia que seria bom ser mãe, mas não sabia com detalhes, o quanto iria me prejudicar (Janaina, 18 anos, aluna da escola NB, Ensino Médio).

Embora o relato da moça acima identifique prejuízos por conta da sua gravidez aos dezesseis anos, como atraso dos estudos e a falta de estrutura para a formação de uma nova família, seu depoimento mostra fragilidade quando ela diz que as outras meninas têm informação, e que para ela faltou informação de como seria difícil este momento, apesar de a família ter aconselhado a não engravidar. A responsabilidade do pai da criança não foi colocada em questão, pois ele apenas riu quando ela explicou que iria engravidar, deixando a tomada de decisão e a responsabilidade de uma gravidez inteiramente sobre a mulher. O fato de a gravidez na adolescência costumar pesar socialmente mais para moças, principalmente em situações de vulnerabilidade social, faz com que possam surgir projetos para que estas tenham acolhida como o descrito por Angela Maria Maggioli Rabello, Astréa da Gama Silva e Abu-Jamra Silvia Zornig (2010). As

consequências da gravidez são evidentes no discurso de Janaína, revelando que poderia ter esperado um pouco mais e que o casal não tinha estrutura social e econômica para receber uma criança, pois ambos moravam com o pai do rapaz, o avô da criança.

Curiosos são os relatos de desinformação sobre ações de prevenção a gravidez na escola entre as duas entrevistadas que engravidaram, Janaina e Letícia. Em contraponto aos relatos das professoras e dos professores que afirmaram existirem. Letícia, diferente de Janaina, teve uma experiência mais favorável de conciliar estudos com a sua gravidez e conseguir prosseguir. Ela diz:

Acho que a gravidez não prejudica. Ela não influencia porque há muitas gestantes aqui da escola que continuam estudando. Nunca vi os professores e as professoras falarem nada sobre prevenção da gravidez na adolescência. Mas eles ensinam muita coisa. Na minha sala tem muitas meninas virgens que precisam de orientação (Letícia, 22 anos, aluna da escola B, Ensino Médio).

A aluna Letícia declara que não percebeu orientações na escola sobre a prevenção da gravidez na adolescência. Embora seu discurso apresente a gravidez na adolescência como não prejudicial à escolaridade, isto pode ser um reflexo de sua expectativa social de classe baixa. De certa forma, inconsciente ou não, esta moça negociou com a biopolítica (FOUCAULT, 2000), os “discursos verdadeiros” relacionados à disciplina e aos mecanismos reguladores e também muitos outros, se submeteu à tradição e acabou por experimentar a maternidade como prioridade em sua vida.

Outros relatos também apontam preconceito com alunas que engravidam na adolescência:

Sim. As grávidas são vistas prejudicando a escola por ocuparem uma vaga e não continuarem a estudar. Elas prejudicam por destoarem de quem está interessado em estudar. Aqui as professoras e os professores conversam sobre os métodos anticoncepcionais. A diretora traz palestrantes profissionais (Carol, 18 anos, aluna da escola B, Ensino Médio).

É muito raro falar disso na escola. A escola nem sempre é prejudicada. Elas que se prejudicam e dão exemplo negativo às outras meninas. Elas não precisam abandonar a escola, pois têm licença e elas podem fazer os trabalhos em casa. Mas depende de elas fazerem os trabalhos (Thalya, 19 anos, aluna da escola NB, Ensino Médio).

São muitos questionáveis os depoimentos acima de um possível prejuízo à escola ou de exemplos negativos a outras moças. O fato de a gravidez ser vista como prejudicial aos colegas deve ser visto com preocupação. Para Foucault (1993) o discurso sobre sexualidade busca controlar a população do local, determinando também silêncios ou discrição. Nesta escola, as falas revelam preconceitos em relação às moças grávidas, que são as que mais sofrem.

As falas marcantes selecionadas exemplificam limites e possibilidades de como a Gide pôde ser implementada na questão que abordamos. Embora não tenhamos verificado diferenças grandes entre a escola bonificada e a não bonificada, através do trabalho de campo também percebemos que o plano de

metas da Secretaria de Estado de Educação, ao promover a organização do trabalho escolar, gera competitividade e acirra a desigualdade entre as escolas.

As observações do campo ou de outras questões do questionário de professoras e de professores e de alunas e de alunos da escola NB evidenciaram que a não bonificação de sua escola causou um desestímulo e um sentimento de frustração na comunidade. Tristeza, decepção, desmotivação e falta de reconhecimento foram palavras usadas pela comunidade da escola NB para descrever o impacto negativo da não bonificação.

Já a comunidade da escola B está satisfeita por atender as metas, mas percebe que os maiores problemas de sua escola continuam existindo, mesmo com a bonificação. Outro resultado importante é que parte da equipe escolar da escola B é contra a bonificação, pois entendem que ela promove a desigualdade. A escola B conseguiu ser bonificada por atender a maioria das metas propostas pela Secretaria de Estado de Educação no Rio de Janeiro. É considerável destacar que a ausência da gravidez na adolescência não foi plenamente atendida na escola bonificada.

Ao olharmos para a Gestão Integrada da Escola (Gide) percebemos que o plano de metas da Secretaria de Estado de Educação parece ter acirrado uma luta de poderes e desigualdades entre escolas, afetando negativamente as escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem Ciência Tecnologia e Sociedade (CTS) por ser interdisciplinar é promissora para pensar a gravidez na adolescência, pois segundo Chrispino (2017) esta foca os conteúdos atitudinais, os valores e normas. Assim, este trabalho analisa algumas percepções de professores, professoras e estudantes mulheres sobre a gravidez na adolescência nas ações realizadas na escola, visando à erradicação da gravidez precoce. Alguns discursos nos lembram como o poder e a sexualidade estão imbricados na moral social, assim como nos ensina Michel Foucault.

Este trabalho privilegiou falas marcantes de professores do sexo masculino, que destacam que as adolescentes decidem sobre a sua sexualidade e o seu futuro. Embora eles pareçam mais liberais que as professoras, estas demonstraram mais preocupação com a possibilidade de as jovens abandonarem os estudos. A maturidade das jovens é questionada pelas professoras que se sensibilizam pela maternidade e suas dificuldades.

Uma contraposição importante de percepções é sobre existência ou não de ações nas escolas para a prevenção da gravidez da adolescência. Enquanto as professoras e os professores revelam a existência destas ações, em geral, as percepções das alunas indicam tanto que há ações como falta de ações na escola. Já especificamente as alunas que se tornaram mães na adolescência indicaram que precisavam de mais conhecimentos sobre as dificuldades da maternidade neste período. É preocupante que algumas que não são mães culpem as jovens que o são pelo suposto exemplo negativo da maternidade precoce. Estas posições devem ser debatidas em ações de educação e promoção da saúde para não haver culpabilização de adolescentes grávidas. Os jovens não podem ser menosprezados ou considerados um exemplo negativo para outros. Todo jovem deve ser acolhido e orientado por pessoas neste momento de sua vida. O adolescente é um sujeito

com direitos, e há diferentes formas de se viver a adolescência (DIAS; TEIXEIRA, 2010). Considera-se também que a gravidez na adolescência pode ser um momento de amadurecimento e de fortalecimento dos membros da família. Embora seja importante que os adolescentes, independentemente de serem mães ou pais, recebam sempre apoio para que seus projetos escolares e profissionais se realizem.

Uma questão que queremos também apontar é a centralidade da questão da gravidez em torno da jovem e não do jovem, como encontrado na literatura. A virilidade masculina é algo que continua muito celebrada nas sociedades. A produção do discurso de que o homem precisa expressar a sua sexualidade resulta na formação de poderes específicos que atribuíram à mulher, em maior parte, a responsabilidade de evitar uma gravidez precoce.

Consideramos que a gravidez precoce é um fenômeno sociocultural que envolve dimensões complexas e que as ações da escola não são sempre suficientes para conscientizar e intervir. Embora a gravidez precoce possa permitir que alguns adolescentes se sintam adultos e respeitados como tal, há consequências sociais e econômicas para as quais nem sempre os jovens estão preparados. Nem sempre os jovens têm uma cultura de planejamento em termos de saúde reprodutiva (consciente ou inconscientemente) e ignoram as consequências de seus atos, desconsiderando que podem não ter oportunidades iguais de escola e de emprego no futuro.

Através desta análise qualitativa, este trabalho revela alguns desconfortos vivenciados por professores, professoras, alunas e alunos no ambiente de duas escolas numa cultura de controle que foi planejada além dos muros da escola. Ressaltamos que, embora desde 2016 a gestão da SEEDUC não tenha mais se voltado para a prevenção da gravidez na adolescência, continuamos a assistir a outros tipos de retrocessos sobre a liberdade dos direitos sexuais e reprodutivos com a ideologia de gênero. Esta ideologia que vem ganhando força no Brasil e é contra a inclusão do ensino sobre gêneros e sexualidade no ensino formal, considerando que os papéis tradicionais do homem e da mulher devem ser cultivados para preservar a família tradicional. Assim, é mais que preciso continuar pesquisando como o biopoder assume novas roupagens nas instituições, sem respeitar as expressões de diferenças e as múltiplas identidades dos atores sociais.

Consideramos como Foucault (2004) ser possível a construção de uma ideia de sexualidade sob outra perspectiva, onde o diálogo seja pautado na problematização dos sentimentos e dilemas sociais dos sujeitos envolvidos. Os estudos sobre as relações de poder inspiradas pelo pensamento de Michel Foucault nos ensinam a desmontar oposições binárias e sermos mais abertos à complexidade humana. Assim, na construção de um campo que privilegie a comunicação/educação (BACCEGA, 2009) e com a perspectiva pós-estruturalista inspirada na desconstrução (DERRIDA, 2001) um termo não deve representar a superação do outro, pois a essência subjacente na oposição não existe. A perspectiva pós-estruturalista inspirada na desconstrução busca desmontar oposições. Isto significa que é preciso considerar que a luta de poder é inevitável, mas que há um caminho fértil e necessário ao ouvir os sujeitos da escola e evidenciar as suas percepções para tentar construir sentidos que sejam pertinentes a todos.

Maternity in adolescence: perceptions of teachers and students from Nova Iguaçu on the control of pregnancy in adolescence within the scope of school management

ABSTRACT

Brazil has seen setbacks in the field of education and reproductive rights, such as the law imposed from 2011 to 2016 by the Rio de Janeiro State Department of Education for the control of adolescent motherhood. Interested in the perceptions of social actors in this implementation, we studied two schools in the municipality of Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, one subsidized financially to meet the goals proposed by the State Secretariat, and the other not. In this paper we present excerpts from interviews with four female students, two female teachers and two male teachers. The results indicate different perceptions of teachers about early pregnancy and the difficulty of sensitizing the student body. In contrast, the students' reports indicate the lack of knowledge of school actions to prevent pregnancy. Through the content analysis of the reports some concepts of power and sexuality by Michel Foucault are listed.

KEYWORDS: Teenage pregnancy. Power. Schools.

Maternidad en la adolescencia: percepciones de docentes y estudiantes de Nova Iguaçu sobre el control del embarazo adolescente en la gestión escolar

RESUMEN

Brasil ha visto retrocesos en el campo de la educación y los derechos reproductivos, como la ley impuesta de 2011 a 2016 por el Departamento de Educación del Estado de Río de Janeiro para el control de la maternidad adolescente. Interesados en las percepciones de los actores sociales en esta implementación, estudiamos dos escuelas en el municipio de Nova Iguaçu, Río de Janeiro, una subsidiada financieramente para cumplir con las metas propuestas por la Secretaría de Estado y la otra no. En este artículo presentamos extractos de entrevistas con cuatro alumnas, dos maestras y dos maestros. Los resultados indican diferentes percepciones de maestros y maestras sobre el embarazo temprano y la dificultad de sensibilizar al alumnado. En contraste, los informes de los estudiantes indican la falta de conocimiento de las acciones escolares para prevenir el embarazo. A través del análisis de contenido de los informes, se enumeran algunos conceptos de poder y sexualidad de Michel Foucault.

PALABRAS CLAVE: Embarazo adolescente. Poder. Escuela.

REFERÊNCIAS

- BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação, Educação e a Construção de uma nova variável histórica. **Revista Comunicação & Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 19-28, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CERQUEIRA-SANTOS, Elder et al. Gravidez na adolescência: análise contextual de risco e proteção. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 72-85, 2010.
- CHRISPINO, Alvaro. **Introdução aos enfoques CTS – Ciência, Tecnologia e Sociedade – na educação e no ensino**. Organização dos Estados Iberos Americanos. Documentos de Trabajo de Iberciencia, n. 4, 2017.
- COSTA, Terezinha de Jesus Nascimento Martins; HEILBORN, Maria Luiza. Gravidez na adolescência e fatores de risco entre filhos de mulheres nas faixas etárias de 10 a 14 e 15 a 19 anos em Juiz de Fora, MG. **Revista Atenção Primária à Saúde**, v.9, n.1, p. 29-38, 2006.
- DADOORIAN, Diana. Gravidez na adolescência: um novo olhar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 84-91, 2003.
- DERRIDA, Jacques. **Posições**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.
- DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 45, n. 20, p. 123-131, 2010.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975/1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade, **Verve**: São Paulo, n. 5, p. 260-277, 2004.

GODOY MARTINS, Christine Baccarat; DE ALMEIDA, Fabiana Maria; ALENCASTRO, Lidiane Cristina; FONSECA DE MATOS, Karla; DE SOUZA, Solange Pires Salomé. Sexualidade na adolescência: mitos e tabu. *Ciencia y Enfermería*, vol. XVIII, núm. 3, 2012, pp. 25-37 Universidad de Concepción. Concepción, Chile.

GODOY, Maria Helena Pádua Coelho de; MURICI, Izabela Lanna. **Gestão Integrada da Escola**. Nova Lima: Instituto de Desenvolvimento Gerencial, 2009.

HEILBORN, Maria Luiza et al. Aproximações sócio-antropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 17, p. 13-45, 2002.

HEILBORN, Maria Luiza et al. **Gravidez na adolescência e sexualidade: uma conversa franca com educadores e educadoras**. Rio de Janeiro: CEPESC/REDEH, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

RABELLO, Angela Maria Maggioli; SILVA, Astréa da Gama e; ZORNIG, Abu-Jamra Silvia. Cuidar das mães, que cuidam dos filhos, que cuidam de...: observações e reflexões sobre a gravidez na adolescência. *Primórdios-CPRJ*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 43-56, 2010.

RANGEL, Débora Luiza de Oliveira; QUEIROZ, Ana Beatriz Azevedo. A representação social das adolescentes sobre a gravidez nesta etapa de vida. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 780-788, 2008.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan. 2017.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. **Cartilha de Bonificação por resultados**. Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, Felícia Mariana; PAZELLO, Elaine Toldo. O impacto da gravidez precoce sobre os resultados econômicos e sociais das adolescentes brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 40, 2014, Pernambuco. **Anais...** Pernambuco, ANPEC, 2014, p. 1-20.

Recebido: 17/12/2019.

Aprovado: 30/11/2020.

DOI: 10.3895/cgt.v14n44.11424.

Como citar: FREITAS, Islene da Conceição; SOUSA, Isabela Cabral Félix de; LA ROQUE, Lucia de. Maternidade na adolescência: percepções de professores e alunos de Nova Iguaçu sobre o controle da gravidez na adolescência. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n. 44, p. 139-153, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Islene da Conceição Freitas

Rua Osvaldo Ferreira dos Santos, 109, bairro das Indústrias, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

